



O discurso da educação contra a pobreza: análise crítica

The discourse of education against poverty: a critical analysis

Valeska Moreira de Abreu

Universidade Federal do Ceará, <https://orcid.org/0009-0008-1450-1259>,

valeskamoreira@alu.ufc.br

Josefa Jackline Rabelo

Universidade Federal do Ceará, <https://orcid.org/0000-0002-4933-631X>,

jacklinerabelo@gmail.com

Resumo

O presente artigo problematiza a concepção de educação enquanto solução isolada para as desigualdades socioeconômicas, por meio de uma abordagem qualitativa, de caráter bibliográfico e documental. A análise, orientada por uma perspectiva histórico-crítica, toma como base o documento internacional da Declaração Mundial sobre Educação para Todos (1990), articulado às contribuições teóricas de Marx (2013), Mészáros (2008) e às reflexões contemporâneas de Saviani (2008). O estudo evidencia que, embora o discurso da educação como instrumento de combate à pobreza seja amplamente difundido, ignora as determinações estruturais que reproduzem a desigualdade social, responsabilizando o indivíduo por seu sucesso ou fracasso. As políticas educacionais, priorizando eficiência, avaliação e adaptação ao mercado de trabalho, acabam reduzindo a educação a um papel funcional, reforçando a divisão social do conhecimento. Conclui-se ser necessária uma perspectiva crítica e emancipadora da educação, para promover transformações sociais e superar as limitações impostas pelo caráter reprodutivo do sistema capitalista.

Palavras-chaves: Educação; Análise Crítica; Desigualdade; Pobreza.

Abstract

This article problematizes the conception of education as an isolated solution to socioeconomic inequalities, through a qualitative approach of bibliographic and documentary nature. The analysis, guided by a historical-critical perspective, is based on the international document World Declaration on Education for All (1990), articulated with the theoretical contributions of Marx (2013), Mészáros (2008), and the contemporary reflections of Saviani (2008). The study highlights that, although the discourse of education as an instrument to fight poverty is widely disseminated, it ignores the structural determinations that reproduce social inequality, holding the individual for their success or failure. Educational policies, by prioritizing efficiency, evaluation, and adaptation to the labor market, end up reducing education to a functional role, reinforcing the social division of knowledge. It concludes that a critical and emancipatory perspective on education is necessary to promote social transformations and overcome the limitations imposed by the reproductive nature of the capitalist system.





Keywords: Education; Critical Analysis; Inequality; Poverty.

1 Introdução

A educação é frequentemente apresentada como um instrumento central para a superação da pobreza, sendo esse discurso amplamente difundido no meio político, midiático e institucional. Além de também ser um discurso utilizado por organismos internacionais, como o Banco Mundial, que orientam políticas educacionais em países periféricos a partir da premissa de que a educação constitui um investimento estratégico para o desenvolvimento econômico e a inclusão social.

Entretanto, embora esse discurso seja amplamente aceito e se apresente como emancipatório, ele tende a ignorar as determinações estruturais que articulam educação, pobreza e desigualdade nas sociedades capitalistas, formando, muitas vezes, um ciclo vicioso de difícil ruptura. Ao desconsiderar as condições históricas e materiais que atravessam o sistema educacional, as políticas formuladas sob a influência desse discurso podem reforçar mecanismos de reprodução social, transferindo ao indivíduo a responsabilidade por sua inserção, ou marginalização, na sociedade.

Autores como Saviani (2008) ressaltam que a escola, em uma sociedade marcada por profundas desigualdades, tende a refletir e reforçar as contradições sociais que a sustentam. Desse modo, apostar exclusivamente na educação como solução para a pobreza ignora que as condições de exclusão social estão enraizadas em fatores estruturais: econômicos, políticos e culturais, que ultrapassam o alcance das políticas educacionais.

A análise crítica desse discurso se torna relevante, pois ele não se limita ao campo das ideias, mas orienta políticas públicas e programas educacionais, influenciando diretamente a maneira como a sociedade compreende a pobreza e as possibilidades de superação das desigualdades. Ao sustentar a educação como solução central, arrisca-se invisibilizar as raízes estruturais da pobreza e responsabilizar o indivíduo pelo seu sucesso ou fracasso, sem considerar os múltiplos fatores que influenciam esse processo. Dessa forma, problematizar esse discurso é essencial para





compreender os limites e contradições presentes no contexto educacional contemporâneo.

A partir do exposto, o presente artigo visa problematizar criticamente a concepção de educação enquanto solução isolada para as desigualdades socioeconômicas e reforçar a necessidade de uma perspectiva crítica, orientada para uma educação emancipadora capaz de contribuir para se efetivarem transformações sociais. Para tanto, o estudo buscará articular o exame de documentos internacionais, como a Declaração Mundial sobre Educação para Todos (Conferência de Jomtien, 1990), com as contribuições teóricas de autores como Marx (2013), Mészáros (2008) e as reflexões contemporâneas de Saviani (2008), a fim de evidenciar os limites e contradições do discurso que associa, de maneira linear, educação e superação da pobreza.

2 Metodologia

O presente artigo foi desenvolvido a partir de uma abordagem qualitativa, que “é empregada para a compreensão de fenômenos caracterizados por um alto grau de complexidade interna” (Paulilo, 1999, p. 135). A pesquisa assume caráter bibliográfico e documental, uma vez que se fundamenta na análise crítica de produções teóricas e de documentos oficiais.

Será realizada uma análise crítica do discurso que apresenta a educação como ferramenta para a erradicação da pobreza, articulando, de um lado, o exame de documentos internacionais, como a Declaração Mundial sobre Educação para Todos (Conferência de Jomtien, 1990), e, de outro, as contribuições de autores que discutem os limites e contradições dessa concepção, tais como Marx (2013), Mészáros (2008) e Saviani (2008). A análise será orientada por uma perspectiva histórico-crítica, buscando evidenciar de que modo tais discursos se inserem em contextos sociais mais amplos e como dialogam com as estruturas de desigualdade próprias das sociedades capitalistas.

3 Resultados e Discussão





Segundo Souza (2024), no período que sucedeu à Segunda Guerra Mundial, a educação passou a ser apresentada, ainda que predominantemente no plano discursivo, como prioridade política em escala global. Esse movimento foi impulsionado pelo fortalecimento de organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), criada em 1945, e o Banco Mundial, instituído em 1944, que passaram a intervir ativamente nos debates educacionais e a influenciar a formulação de políticas públicas, sobretudo nos países considerados em desenvolvimento.

O Banco Mundial, em particular, defende a concepção de educação como ferramenta estratégica para integrar as nações periféricas à lógica da economia globalizada, ajustando-as às demandas da reestruturação produtiva e, supostamente, contribuindo para a diminuição da pobreza e das desigualdades sociais. Como observa Mendes (2024), tais intervenções se concretizam não somente por meio de empréstimos financeiros, mas também pela imposição de diretrizes que priorizam eficiência, mensuração de resultados e adequação da formação escolar às necessidades do mercado. Nesse enquadramento, a educação, seja pública ou privada, é reduzida a um serviço avaliado pela sua capacidade de fornecer mão de obra útil ao capital.

A Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada em Jomtien em 1990 pela UNESCO, UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância) e Banco Mundial, consolidou essa visão. O relatório resultante, “Educação: Um Tesouro a Descobrir” (DELORS, 1990), apresenta um discurso de universalização do acesso e promoção da cidadania; entretanto, traduz-se, na prática, em uma concepção economicista e funcionalista da educação, voltada ao desenvolvimento de competências adaptáveis ao mercado.

A Declaração Mundial sobre Educação para Todos, aprovada em 1990 pela Conferência Mundial sobre Educação para Todos, reforça essa lógica ao propor a universalização do acesso e a promoção da equidade. Contudo, como aponta Saviani, “com a divisão dos homens em classes a educação também resulta dividida; diferencia-se, em consequência, a educação destinada à classe dominante daquela a que tem acesso à classe dominada.” (Saviani, 2007, p. 155–156). Tal constatação evidencia a





contradição: como a educação poderia superar as desigualdades sociais, se ela própria se organiza de maneira desigual na sociedade capitalista?

Nesse sentido, o discurso da educação como solução para a pobreza mascara sua função de reprodução da ordem social, transferindo para a escola a responsabilidade de formar trabalhadores ajustados às necessidades do capital. Sob a retórica de que a educação é direito de todos, desloca-se o debate das estruturas de exploração e desigualdade para o plano individual, responsabilizando cada sujeito por seu sucesso ou fracasso social. Essa lógica se expressa também na noção de “necessidades básicas de aprendizagem”, centrada no plano de ação da Declaração de Jomtien. Como observa Libâneo (2012), atender a “necessidades básicas” significa, na prática, oferecer somente o mínimo, reforçando a divisão entre uma escola do conhecimento, voltada às elites, e uma escola do acolhimento social, destinada às camadas populares.

Essa dinâmica se insere no processo que Gadotti (2005) denomina “mercantilização da educação”, caracterizado pela privatização, pela transferência de responsabilidades do Estado à comunidade e pela subordinação dos conteúdos às demandas do mercado. Ao privilegiar avaliações em larga escala e parcerias público-privadas, as políticas orientadas pelo Banco Mundial mantêm um sistema educacional que, longe de promover emancipação, reforça a desigualdade estrutural sob o argumento da eficiência e da equidade.

Limitar uma mudança educacional radical às margens corretivas interesseiras do capital significa abandonar de uma só vez, conscientemente ou não, o objetivo de uma transformação social qualitativa. Do mesmo modo, contudo, procurar margens de reforma sistêmica na própria estrutura do sistema do capital é uma contradição em termos. É por isso que é necessário romper com a lógica do capital se quisermos contemplar a criação de uma alternativa educacional significativamente diferente. (Mészáros, 2008, p. 27).

A partir dos pensamentos de Mészáros (2008), evidencia-se que documentos como a Declaração Mundial sobre Educação para Todos, embora defendam a inclusão e a igualdade de oportunidades, reduzem-se a propostas de formação elementar para as camadas populares, como destaca Libâneo (2012). Ao invés de garantir acesso pleno ao





conhecimento, reafirmam o papel da escola como reprodutora da divisão social do trabalho. Essa leitura dialoga com Saviani (2008), para quem a escola não é neutra, mas, ao contrário, distribui saberes desigualmente, reservando o acesso pleno somente a quem já possui capital econômico e cultural. No Brasil, a influência do Banco Mundial intensificou esse dualismo perverso ao priorizar políticas voltadas ao ensino básico reduzido e a avaliações padronizadas, sob o discurso de qualidade e preparação para o trabalho. Tais medidas funcionam como instrumentos de controle e responsabilização, culpabilizando professores e estudantes por baixos resultados, sem enfrentar as raízes estruturais da desigualdade.

Esse enquadramento se apoia em um discurso meritocrático que encobre as condições concretas de produção da pobreza. A ideia de que o êxito escolar depende exclusivamente do esforço individual desconsidera a precariedade estrutural das escolas e as barreiras socioeconômicas que afetam os estudantes. Assim, a alienação ultrapassa a sala de aula, projetando-se sobre o imaginário coletivo, naturalizando a desigualdade como se fosse produto somente das diferenças de mérito.

Em conformidade com Marx (2013), compreendemos que as instituições formativas, ao se inserirem na sociedade capitalista, tendem a moldar a consciência dos indivíduos conforme as necessidades do modo de produção, legitimando e naturalizando as relações de dominação. O sistema educacional, portanto, desempenha, predominantemente, papel estratégico na manutenção da alienação e da divisão social do trabalho, consolidando-se como espaço de reprodução das lógicas capitalistas.

Assim, compreender a escola como espaço de alienação e manutenção da pobreza significa reconhecer que as reformas educacionais de caráter neoliberal não enfrentam a exclusão social, mas reforçam suas engrenagens. O desafio, então, está em resgatar a educação como prática crítica, orientada à consciência de classe e à transformação das estruturas que produzem e reproduzem a pobreza.

Alinhando-se às ideias de Saviani (2008), uma educação crítica é fundamentada na formação integral dos sujeitos e na compreensão das contradições sociais existentes na sociedade como ponto de partida do processo educativo.





Do ponto de vista prático, trata-se de retomar vigorosamente a luta contra a seletividade, a discriminação e o rebaixamento do ensino das camadas populares. Lutar contra a marginalidade por meio da escola significa engajar-se no esforço para garantir aos trabalhadores um ensino da melhor qualidade possível nas condições históricas atuais. (Saviani, 2008, p. 26–27).

Em consonância com essa perspectiva, a educação crítica compreende a escola como espaço de conscientização e transformação social, tendo o conhecimento como instrumento de intervenção na realidade. Assim, ensinar e aprender ultrapassam a mera adaptação às exigências do mercado, configurando-se como uma articulação entre reflexão e ação, voltada ao desenvolvimento da autonomia e da capacidade crítica dos sujeitos, promovendo, dessa forma, a emancipação humana. (SAVIANI, 2008).

No entanto, a análise das políticas promovidas pelo Banco Mundial, em especial na Declaração de Jomtien, demonstra que essas diretrizes não constituem instrumentos de combate às desigualdades, mas reafirmam a função adaptativa e reprodutiva da escola, legitimando a desigualdade como se fosse um resultado natural das diferenças individuais. Assim, em vez de se aproximar de um projeto emancipador, tais políticas operam como mecanismos de manutenção da pobreza e de naturalização da exclusão social.

4 Considerações Finais

A análise realizada sobre a concepção de educação enquanto solução isolada para as desigualdades socioeconômicas a partir do exame de documentos internacionais, como a Declaração Mundial sobre Educação para Todos (Conferência de Jomtien, 1990), permite entender que há um deslocamento de responsabilidade para o indivíduo por sua própria inclusão ou exclusão social. E que o discurso de combate à pobreza por meio da educação mostra-se limitado, ao ignorar os determinantes estruturais da desigualdade, especialmente aqueles relacionados às contradições do modo operante de produção capitalista.

Ao relacionar essa lógica com os aportes teóricos de Marx (2013), Mészáros (2008), Saviani (2008) e outros autores da literatura especializada, torna-se evidente que





a educação, quando subordinada aos imperativos do mercado, perde seu potencial emancipador e assume um caráter instrumental, voltado principalmente à formação de mão de obra adaptável às exigências do capital. Dessa forma, a promessa de superação da pobreza pela via educacional mostra-se insuficiente e até ilusória, já que não questiona as bases materiais que produzem e reproduzem a desigualdade social.

Assim, o estudo aponta para a necessidade de repensar criticamente o papel da educação. Mais do que ser vista como um mecanismo compensatório ou como estratégia exclusiva de ascensão socioeconômica, ela deve ser concebida como parte de um projeto social mais amplo, comprometido com a transformação das condições estruturais que sustentam a pobreza. Nesse sentido, reafirma-se a relevância de uma educação orientada por uma perspectiva crítica e emancipadora, capaz de contribuir efetivamente para a construção de uma sociedade menos desigual.

Referências

DELORS, Jacques (Presidente). **Um tesouro a descobrir**: Relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre Educação para o século XIX. Tradução: Guilherme João de Freitas Teixeira. Brasília, Julho de 2010.

GADOTTI, Moacir. **A questão da educação formal/não-formal**. Institut International Des Droits De L'enfant(IDE). Sion (Suisse), 2005. Pp. 1-11.

LIBÂNEO, José Carlos. **O dualismo perverso da escola pública brasileira**: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. Educação e Pesquisa. São Paulo, v. 38, n. 1, pp. 13-28, 2012.

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da Economia Política. Livro 1. São Paulo: Boitempo, 2013.

MENDES, Lavínia de Sousa Almeida. Banco Mundial e educação neoliberal: análise do relatório “Educação: Um tesouro a descobrir” (Brasil, 2010). **Cadernos de Pós-graduação**, [S. l.], v. 23, n. 2, p. 165–176, 2024. DOI: 10.5585/cpg.v23n2.26583. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/cadernosdepos/article/view/26583>. Acesso em: 5 ago. 2025.

MÉSZÁROS, István. **A Educação para Além do Capital**. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2008. ISBN 978-85-7559-068-3.





PAULILO, M. A. S. Pesquisa qualitativa e a história de Vida. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 2, n. 1, 1999.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 34, p. 152–165, jan. 2007.

_____. **Escola e democracia**. Campinas, SP: Autores Associados, 2008. Coleção educação contemporânea. ISBN 978-85-7496-219-1.

SOUZA, J. DE F.. UNESCO, Banco Mundial e OCDE: perspectivas globais sobre o direito à educação e implicações para a profissão docente. **Educar em Revista**, v. 40, p. e94756, 2024.

UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos**: Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem. Jomtien, Tailândia: UNESCO, 1990. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todos-conferencia-de-jomtien-1990>. Acesso em: 23 jul. 2025.

